

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR



Carla Ariela Rios Vilaronga
Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa
Camila Carlini Bonilha Piovezan

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

1ª Edição

São Carlos / SP

Editora De Castro

EDESP-UFSCar

2023

Copyright © 2023 dos autores.

Editora De Castro

Editor: Carlos Henrique C. Gonçalves

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Alonso Bezerra de Carvalho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Prof. Dr. Antenor Antonio Gonçalves Filho

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Prof. Dr. Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Célia Regina Delácio Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr. Cláudia Starling Bosco

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / FaE

Prof. Dr. Felipe Ferreira Vander Velden

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr. Fernando de Brito Alves

Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira

Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Heloisa Helena Siqueira Correia

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Hugo Leonardo Pereira Rufino

Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico

Prof. Dr. Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais,

Faculdade de Educação – UFMG / FAE

Prof. Dr. Jucelia Linhares Granemann

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS

Prof. Dr. Layanna Giordana Bernardo Lima

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr. Lucas Farinelli Pantaleão

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Luciana Salazar Sagado

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar / LABEPPE

Prof. Dr. Luis Carlos Paschoarelli

Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faec

Prof. Dr. Luzia Sigoli Fernandes Costa

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof. Dr. Marcia Machado de Lima

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Marcio Augusto Tamashiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Tocantins – IFTO

Prof. Dr. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Mauro Machado Vieira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Osvaldo Copertino Duarte

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Zulma Viviana Lenarduzzi

Facultad de Ciencias de la Educación – UNER, Argentina

EDESP – Editora de Educação e Acessibilidade da

UFSCar

Diretor: Nassim Chamel Elias

Editores Executivos

Adriana Garcia Gonçalves, Clarissa Bengtson, Douglas

Pino e Rosimeire Maria Orlando

Conselho Editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christiane Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglio Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFMS)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Apoio

Esta publicação foi financiada com o apoio da:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – CAPES/PROEX nº do Processo: 23038.006212/2019-97.

Projeto gráfico: Carlos Henrique C. Gonçalves

Capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Preparação e revisão de textos/normalizações (ABNT):

Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

V697 Vilaronga, Carla Ariela Rios.
Perspectivas teóricas e práticas do profissional de apoio escolar [recurso eletrônico] / Carla Ariela Rios Vilaronga, Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa e Camila Carlini Bonilha Piovezan. – 1. ed. — São Carlos : De Castro : EDESP-UFSCAR, 2023.
Dados eletrônicos (pdf).
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-6036-030-3
1. Educação – Apoio escolar. 2. Escolas – Organização e administração. 3. Programas de aperfeiçoamento escolar. I. Costa, Juliane Dayrle Vasconcelos da. II. Piovezan, Camila Carlini Bonilha. III. Título.

CCD23: 371.29130981

DOL: 10.46383/isbn.978-65-6036-030-3

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br

editoradecastro.com.br

EDESP – Editora de Educação e

Acessibilidade da UFSCar

www.edesp.ufscar.br



AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), por oferecer condições para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
REDE DE APOIO ESCOLAR E O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	13
CAPÍTULO 2	
A PROFISSIONALIZAÇÃO DO PAE	27
CAPÍTULO 3	
OS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL	31
CAPÍTULO 4	
CONFIGURAÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PAES EM UM MUNICÍPIO PARAENSE	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NAS PESQUISAS	65
REFERÊNCIAS	67
ÍNDICE REMISSIVO	75
AUTORES	77

INTRODUÇÃO

A educação é um direito universal, indiscutível e inegociável de todos os estudantes, independentemente de suas características econômicas, sociais ou devido alguma condição específica, como, por exemplo, a deficiência. Porém, mesmo sendo mencionado esse direito em Leis e normativas de caráter internacional, nacional, estadual e em muitos casos reafirmado em políticas municipais, ainda se faz necessária a materialização na prática, por meios de ações efetivas desempenhadas nas escolas. Essa discussão não é recente, mas ainda necessária. E é imprescindível a reflexão das autoridades e dos diferentes profissionais para serem operacionalizadas estratégias que busquem a inclusão educacional bem como a efetivação desse direito nos diferentes contextos sociais.

Mesmo sendo um direito instituído, a literatura aponta barreiras para a plena implementação. Dentre elas, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apontam que a escola precisa superar a cultura de trabalho solitário e as práticas tradicionalistas, porém, não se trata de uma tarefa fácil, pois está enraizada há décadas e precisa ser superada. As autoras também defendem a substituição por práticas escolares que envolvam a colaboração, com formação de equipes de trabalhos, considerando os princípios e atuação colaborativa, perspectivando objetivos e filosofias mútuas e respeitando as expertises dos envolvidos.

Para Lawson (2004), a colaboração na educação ocorre quando duas ou mais pessoas, que apresentam características e domínios distintos, se mobilizam de forma harmoniosa e sincronizada para resolver problemas compartilhados, necessidades comuns, buscar oportunidades e colher resultados benéficos. Ressalta-se que essa atuação pode ocorrer com o envolvimento de outros sujeitos, unindo forças e traçando metas, promovendo a interdependência e parceria. Lawson (2004) destacou também que, quando há sucesso na relação entre as partes envolvidas, eles conseguem desenvolver metas comuns, constroem identidade colaborativa, aprimoram a comunicação, obtêm conhecimento, compartilham habilidades, fomentam relações equitativas, desenvolvem estratégias para resolução de conflitos, responsabilidade compartilhadas, reciprocidade e confiança, compartilhamento de recursos etc.

Frente ao apresentado, Lima (2002) destacou que a discussão envolvendo a colaboração não se trata de algo atual, pelo contrário, acompanha a humanidade desde o seu surgimento, e não é um princípio utili-

zado somente na educação, mas que também faz parte das organizações empresariais como de outros espaços da sociedade. Porém, atualmente é visto como a solução para a efetivação da inclusão escolar e resolução de problemas nas instituições. Estudos comprovam que a colaboração escolar contribui significativamente por meio dos seus princípios para a reflexão e tomada de decisões assertivas considerando as particularidades da realidade a ser explorada.

Rausch e Schlindwein (2001) consideram que:

no espaço coletivo que as mudanças são empreendidas. É preciso que o professor se una a seus pares, na própria escola, com sua realidade sociocultural, para que juntos encontrem alternativas que superem as dificuldades. A discussão coletiva, reflexiva e crítica leva a caminhos de transformação. É preciso que os educadores percebam que o momento é de conquista, de solidariedade, de união, de troca, de envolvimento, de discussão reflexão/coletiva sobre o ato de ensinar e aprender. Cabe a eles conquistar espaços na escola para que isto realmente se concretize. O ideal seria que toda comunidade escolar se envolvesse em torno do projeto escolar (2001, p. 122).

Especificamente sobre o estudante Público Alvo da Educação Especial (PAEE)¹, Capellini e Zerbato (2019) apontam que a educação das crianças, jovens e adultos não pode ser resumida à responsabilidade de um ou dois sujeitos, como o professor de sala comum e professor de Educação Especial. Longe disso, deve ser compartilhada, uma vez que um único profissional não apresenta toda a bagagem de conhecimento suficiente para atender à pluralidade desse público, bem como não responde às diferentes demandas escolares existentes. Além do mais, a responsabilidade educacional é coletiva e não individual, sendo, assim, recomendada a atuação colaborativa como o melhor caminho para o ensino e aprendizado de turmas heterogêneas (CAPELLINI; ZERBATO, 2019).

Ressalta-se, no entanto, que a colaboração de maneira isolada não é a solução de todos os desafios vivenciados no contexto escolar, mas é vista como meio para alcançar o aprendizado dos estudantes PAEE (LIMA, 2002) e demais estudantes. Para Damiani (2008), a atuação em colaboração retoma movimentos pessoais importantes, que foram apagados em troca de um movimento de competitividade e individualidade.

Nesse mesmo sentido, para Silva (2020), a atuação colaborativa tem beneficiado tanto os alunos quanto os profissionais, pois, por meio dela, são criadas condições e estratégias para a escolarização dos estudantes

¹ São considerados Estudantes Público-Alvo da Educação Especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação (s/p) (BRASIL, 2008a).

PAEE e consequentemente um cenário potente para o aprimoramento e desenvolvimento profissional das equipes escolares. Entende-se que as condições de trabalho dos professores e o contexto político também influenciam nas práticas colaborativas, porém, pensar colaborativamente também auxilia em estratégias de luta para garantia de direitos da comunidade escolar.

Glat e Pletsch (2011) destacam que a carência da disseminação da cultura de colaboração escolar influencia de forma negativa e torna mais desafiante as políticas públicas de inclusão no chão das escolas. Segundo as autoras, para que seja construída a cultura de colaboração escolar, faz-se necessário o reconhecimento tanto dos direitos quanto das possibilidades de cada estudante, e que de forma coletiva sejam traçadas as alternativas para o favorecimento do aprendizado e construção de sistemas escolares inclusivos.

Especificamente no estado do Amapá, Silva (2020) realizou um estudo com a finalidade de desenvolver, implementar e avaliar um programa de formação continuada com foco na colaboração entre equipes de ensino, com o objetivo de fomentar a cultura escolar colaborativa e potencializar estratégias e práticas inclusivas. Participaram 19 profissionais de uma escola pública de uma cidade pertencente ao estado supracitado e foi constatado que houve movimentos iniciais de reconstrução do papel da escola frente à inclusão e da responsabilização de todos pela escolarização dos estudantes PAEE. Também foram reconhecidas mudanças nas posturas e atitudes de alguns dos investigados, que saíram de uma posição passiva para uma posição de corresponsabilidade, buscando beneficiar a aprendizagem dessa população. A pesquisadora percebeu mudanças no contexto escolar, com análises que permitiram afirmar que alguns sujeitos reconheceram que as demandas escolares voltadas ao PAEE não possuíam uma receita pronta, e sim que estratégias de enfrentamento deveriam ser realizadas em conjunto, levando em consideração as próprias demandas e condições reais do espaço escolar.

A escola como sabemos é um ambiente plural e desafiador, que deve ser acessível e pertencer a todos. Diante dessa afirmação, todos, sujeitos intra e extraescolares, quer dizer, professores e profissionais que atuam direta e diretamente com os estudantes, exercem influência e também possuem papéis significativos para a construção e modificação da escola e, consequentemente, oferta efetiva de educação de qualidade para todos.

Partindo-se dessa reflexão, Costa (2021) recomenda a formação de redes de apoio à inclusão escolar, em que as partilhas e união dos saberes sejam estruturadas e compartilhadas com outras esferas, além da saúde e educação, como justiça e assistência social. Pois, acredita-se que, de forma colaborativa e com efetivas interconexões, haverá maiores possibilidades e melhores alternativas para serem proporcionadas a acessibilidade e a garantia do direito universal.

Frente ao apresentado, a escola precisa ser constituída enquanto redes de apoio que garantam espaços de troca das diferentes categorias existentes, como os profissionais do setor administrativo, alimentação, limpeza, portaria, professores, entre outros, que são imprescindíveis para que a escola garanta o ingresso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes.

Pensando no leitor, este livro estruturou-se da seguinte forma. No Capítulo 1, buscou-se abordar a temática das redes de apoio escolar com foco no papel do profissional de apoio escolar, englobando a legislação nacional e os estudos sobre os profissionais de apoio escolar. Em seguida, no Capítulo 2, é apresentada a profissionalização do profissional de apoio escolar. O Capítulo 3 traz os profissionais de apoio escolar na rede estadual abrangendo os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e nomenclaturas utilizadas, processos seletivos e formas de contratação, salários, demais benefícios, jornada de trabalho, formação exigida. E, no Capítulo 4, as configurações e percepções do profissional de apoio em um município parense, englobando o PAE, a atuação com estudante PAEE, as parcerias, as demandas documentais e burocráticas, bem como as percepções de outros profissionais sobre a atuação dos mesmos.